



SIMULADO FINAL

# TRT RS

Analista Judiciário  
Área Judiciária

Pós-Edital

# Simulado Especial

Simulado TRT RS – Analista Judiciário – Área Judiciário – Pós Edital

Nome: \_\_\_\_\_

## INFORMAÇÕES SOBRE O SIMULADO EXCLUSIVO

- 1 – Este simulado conta com questões focadas no concurso do TRT RS;
- 2 – A prova contém **60 itens** que abordam conhecimentos cobrados no conteúdo programático;
- 3 – As questões são inéditas e foram elaboradas pelos nossos professores com base no perfil da banca organizadora.
- 4 – Este PDF foi enviado por e-mail, disponibilizado na área do aluno e em um artigo publicado no blog do Estratégia Concursos;
- 5 – Os participantes têm das **8:00 às 12:00** para responder às questões e preencher o Gabarito Eletrônico;
- 6 – O link para preencher o formulário com seu gabarito está localizado na última página deste PDF;
- 7 – O Gabarito do Simulado e o Ranking Classificatório com nota serão divulgados no blog do Estratégia Concursos.
- 8 – Esse simulado é uma autoavaliação! Você mesmo(a) vai corrigir, a partir do padrão de respostas disponível na área do aluno.

**PREENCHA SEU GABARITO NO LINK - <https://bit.ly/Simulado-TRT-RS-Analista-Área-Judiciária-03-07>**

01 - ABCDE	21 - ABCDE	41 - ABCDE
02 - ABCDE	22 - ABCDE	42 - ABCDE
03 - ABCDE	23 - ABCDE	43 - ABCDE
04 - ABCDE	24 - ABCDE	44 - ABCDE
05 - ABCDE	25 - ABCDE	45 - ABCDE
06 - ABCDE	26 - ABCDE	46 - ABCDE
07 - ABCDE	27 - ABCDE	47 - ABCDE
08 - ABCDE	28 - ABCDE	48 - ABCDE
09 - ABCDE	29 - ABCDE	49 - ABCDE
10 - ABCDE	30 - ABCDE	50 - ABCDE
11 - ABCDE	31 - ABCDE	51 - ABCDE
12 - ABCDE	32 - ABCDE	52 - ABCDE
13 - ABCDE	33 - ABCDE	53 - ABCDE
14 - ABCDE	34 - ABCDE	54 - ABCDE
15 - ABCDE	35 - ABCDE	55 - ABCDE
16 - ABCDE	36 - ABCDE	56 - ABCDE
17 - ABCDE	37 - ABCDE	57 - ABCDE
18 - ABCDE	38 - ABCDE	58 - ABCDE
19 - ABCDE	39 - ABCDE	59 - ABCDE
20 - ABCDE	40 - ABCDE	60 - ABCDE

**CONHECIMENTOS GERAIS****PORTUGUÊS**

Suellen Borges

## Tadinho de mim

Numa dessas puxadas de tapete em que Deus parece Se comprazer, bem quando eu estava começando a curtir meu papel de avô – que consiste em mimar e estragar os filhos daqueles que a duras penas educamos quando eram crianças – eis que me vejo com duas crianças em casa a educar, exercendo o surrado papel de figura paterna. De novo. Sim, sim, Deus zoa. O homem põe e Deus dispõe, diz o ditado. Ou, melhor ainda, nas sábias palavras do bardo de Liverpool, “‘vida’ é aquilo que acontece conosco enquanto estamos distraídos planejando outra coisa”. Enfim.

Com crianças vêm manha, bicos quilométricos e aquela total falta de bom senso, somada a uma aparentemente infinita capacidade de fazer besteira, quebrar coisas, machucar-se e tocar terror de modo geral. E vejo-me assim de volta aos truques que funcionaram décadas atrás, no adestramento dos meus. Sempre que uma criança me vem fazendo bico por conta de alguma violação percebida de uma certa equidade cuja expectativa irreal aparentemente nos vem de fábrica, digo a mesma coisa: “você não é um coitadinho”. Vendo-me na posição de educar membros de uma geração que mal que bem é a dos meus netos, não dos meus filhos, acabo sendo forçado a perceber mais e de maneira diferente o que já seria parte do meu ganha-pão: os fenômenos sociais. O “jeitão” de cada tempo, o “espírito dos tempos”, que os alemães chamam de “Zeitgeist”. Este, por sua vez, resulta numa visão de mundo compartilhada por uma geração, que os alemães (sempre eles!) chamam de “Weltanschauung” – nem tento pronunciar.

Pois estamos numa era cujo espírito poderia ser chamado “coitadismo”. E ele a tudo penetra, mesmo sem tê-lo em casa – pois vê lá se eu sou abilolado ao ponto de dar palquinho pro teatro de fantoches do capeta que Sérgio Porto sagazmente batizou de “máquina de fazer doido”. Todo mundo hoje quer ser vítima, todo mundo quer ser coitadinho. Ter tirado uma péssima mão no jogo de cartas da vida hoje em dia conta ponto. E não é nem necessariamente em busca de alguma suposta compensação; fosse o caso, seria simples malandragem. (...)

Carlos Ramalhete

Fonte: <<https://www.gazetadopovo.com.br/vozes/carlos-ramalhete/tadinho-de-mim/>> (ADAPTADO) Acesso em jun/2021

**01.** Do primeiro parágrafo do texto, depreende-se que o autor

- a) demonstra indignação com o fato de Deus lhe ter puxado o tapete ao lhe dar netos indisciplinados.
- b) “estraga os netos” propositalmente, dado que intenciona desfazer aquilo a que Deus se propõe fazer.
- c) lança mão de importante recurso argumentativo cujo intento é criticar o próprio posicionamento em relação à figura paterna.
- d) apela a informações extratextuais para endossar o que entende como “zoação do divino” ao fato de agora ser avô e desfazer tudo o que fez quando pai.
- e) mostra-se arrependido e culpa a Deus por não ter aproveitado o tempo com os próprios filhos de maneira adequada no passado.

**02.** Ao colocar a palavra “Enfim” no término do parágrafo, o autor

- a) revela alívio ao descobrir que se tornar avô é melhor do que ter sido pai.
- b) demonstra exaustão ao constatar que a vida é cíclica e repetitiva.
- c) estabelece um contraponto infeliz com a sua versão como pai.
- d) fecha a hipótese de que ele se encontra numa versão questionável atualmente.
- e) conclui o raciocínio apresentado ao longo de todo o trecho.

**03.** No segundo parágrafo do texto, observa-se

- a) a presença de uma fala indignada com relação à geração atual, que tem dado mais trabalho aos pais do que a anterior.
- b) que o autor emprega com os netos mecanismos aos quais abominara quando fora pai, a fim de obter êxito na interação atual com as crianças desta geração.
- c) crítica ao comportamento da geração atual, que se vê como “coitada”.
- d) menção ao “Zeitgeist” como um período histórico vivido pelos alemães em determinada Era.
- e) reflexão sobre os fenômenos sociais atuais, a partir dos quais a nova geração está se formando, tornando-se incapaz de resolver os próprios dilemas.

**04.** O segmento “nem tento pronunciar” (2º parágrafo) alude

- a) à indignação do autor com a extensão do vocábulo apresentado anteriormente.
- b) à provável dificuldade de o autor pronunciar a palavra em alemão, já que se trata de um termo desconhecido.
- c) ao estranhamento do autor perante a ortografia da palavra alemã, cujo sentido lhe é distante.
- d) à provável dificuldade do autor com relação à prolação do termo em alemão.
- e) ao cansaço do autor em tentar falar uma palavra de idioma diferente.

**05.** Considerando-se o contexto apresentado no 3º parágrafo, traduz-se adequadamente o sentido de um segmento do texto em:

- a) “E ele a tudo penetra” (2º período) = E o espírito subjaz a todas as coisas
- b) “pois vê lá se eu sou abilolado” (2º período) = não sou assim lesado
- c) “ao ponto de dar palquinho” (2º período) = para eliminar a popularidade
- d) “todo mundo quer ser coitadinho” (3º período) = muitos escondem suas glórias
- e) “hoje em dia conta ponto” (4º período) = atualmente pode ser considerado revés

**06.** Está clara e correta a redação deste livre comentário sobre o texto, EXCETO:

- a) A geração atual têm se comportado de maneira questionável.
- b) Crianças de hoje não aceitam que as próprias expectativas se podem frustrar.
- c) De tempos em tempos o homem se vê perturbado com as teses defendidas por ele outrora.
- d) O espírito do tempo pode sofrer inflexões regularmente.
- e) As mídias têm grande participação no atual estado de coisas.

**07.** Acerca do título do texto, pode-se afirmar que

- a) se harmoniza com a arguição desenvolvida nos parágrafos, mas peca por não explicar o porquê de o autor se sentir um coitado.
- b) o sufixo “-inho” sugere a pequenez do autor diante de situações que lhe tiram do sério.
- c) o autor fala exclusivamente de si mesmo.
- d) “mim” é empregado pelo autor para estabelecer um contraponto com outras pessoas.
- e) ocorre sutil ironia da parte do autor com relação ao tema abordado no texto.



**Atenção: Para responder às questões de números 8 a 12, baseie-se no texto abaixo.**

### Os mistérios da riqueza social

A riqueza social de um país pode ser definida como a condição em que toda a população desfruta de uma vida digna, entendendo como tal que todas as camadas sociais, inclusive as que estejam nas faixas mais baixas de renda, estejam atendidas em alimentação, moradia, saneamento, saúde, educação, lazer e cultura. Entre os 193 países reconhecidos pela Organização das Nações Unidas (ONU), há 35 considerados desenvolvidos, ainda que em vários deles haja significativos contingentes populacionais classificados como pobres. Desde que o filósofo e economista Adam Smith publicou sua obra magna A Riqueza das Nações – tida como a origem da teoria macroeconomia (estudo da economia nacional como um todo baseado no funcionamento dos agregados macroeconômicos, como produto, emprego, renda, consumo, investimento, comércio exterior, impostos, padrão de vida etc.) –, a questão mais importante é descobrir quais fatores determinam o crescimento econômico e o desenvolvimento social, e quais impedem a nação de atingir padrões de riqueza e bem-estar social já obtido por outras.

O economista David Landes, professor da Universidade de Harvard falecido em 2013, dedicou parte de sua carreira a estudar a história econômica das nações e, em 1998, ofereceu ao mundo o robusto livro intitulado A Riqueza e a Pobreza das Nações, anunciando na capa que a obra trata de entender por que algumas nações são tão ricas e outras são tão pobres. Nesta metade do segundo ano da segunda década do século 21, a evolução do conhecimento científico e o expressivo desenvolvimento tecnológico atingiram grau tão elevado que justificam uma indagação essencial: por quais razões mesmo nações ricas de recursos naturais não conseguem atingir o desenvolvimento e ainda mantêm grandes parcelas de sua população em condições de pobreza?

Essas questões são pertinentes e totalmente cabíveis em relação ao Brasil, pois este é um país cujas características naturais, geográficas e econômicas permitem a intrigante questão sobre as razões de não ter conseguido se desenvolver e eliminar a miséria e a pobreza. Ou seja, a pobreza brasileira não pode ser debitada na escassez de recursos naturais, pelo contrário: a dimensão territorial, as terras férteis e a enorme lista de recursos naturais abundantes são mais que favoráveis à construção de uma nação rica, sem miséria e sem pobreza. Se dos 193 países registrados na ONU apenas 35 são classificados como desenvolvidos e 158 não conseguiram

atingir essa condição, ou é efetivamente muito difícil definir com precisão quais fatores conduzem ao desenvolvimento ou, mesmo conhecendo tais fatores, os povos dessas 158 nações falharam rotundamente quanto à capacidade de construir a riqueza social.

Embora haja muitas discussões e polêmicas sobre esse tema – portanto, dificuldade em concordância a respeito –, sabe-se que há alguns fatores que são necessários, ainda que não suficientes, para promover o crescimento econômico e o bem-estar social de todos seus habitantes. Liberdade econômica, liberdades individuais, corpo de leis claras e estáveis, estabilidade monetária (ausência de inflação), boa gestão das contas públicas, austeridade da administração do estoque de moeda circulante, sistema judicial ágil e eficaz, educação de qualidade para todos, investimento em pesquisa e desenvolvimento, abertura ao exterior, rapidez na incorporação das tecnologias modernas e um sistema estatal minimamente enxuto e eficiente são condições sem as quais o desenvolvimento torna-se difícil.

Se esse conjunto é aceito como necessário para promover o crescimento econômico, o desenvolvimento social, a eliminação da pobreza e a realização pessoal dos habitantes do país, então não é preciso adicionar outros componentes importantes do sucesso para saber por quais razões o Brasil, rico em recursos naturais, chafurda há tempo nos indicadores de pobreza e miséria inaceitáveis. A missão do Brasil, seja quem for o governante, deveria ser colocar o país na rota do desenvolvimento, mesmo sabendo que o objetivo pode não ser atingido em menos de três ou quatro décadas. O problema é que, uma vez montadas estruturas disformes, caras, ineficientes e corruptas, amparadas por um corpo de leis de má qualidade e um elenco enorme de privilégios e benefícios para corporações públicas e privadas que se apropriam da riqueza construída pela nação, o país não dá nem os primeiros passos na estrada que leva ao bem-estar social de padrão desenvolvido para todos os seus habitantes.

Fonte: <https://www.gazetadopovo.com.br/opiniao/editoriais/os-misterios-da-riqueza-social/> (ADAPTADO)

Acesso em jun/2022

**08.** Em consonância com o apresentado no primeiro parágrafo do texto, pode-se afirmar que

- a) há países desenvolvidos no mundo, mas mesmo entre esse grupo se verificam camadas populacionais pobres.
- b) alimentação, moradia, saneamento, saúde, educação, lazer e cultura são necessidades não atendidas entre as populações mais pobres do mundo.
- c) produto, emprego, renda, consumo, investimento, comércio são alguns dos critérios estabelecidos como imprescindíveis aos países ricos.
- d) riqueza social é o pleno atendimento às condições humanas de alimentação, moradia, educação, saneamento, investimento, saúde, emprego, renda, comércio, padrão de vida etc.
- e) crescimento econômico e desenvolvimento social impedem a nação de atingir níveis de bem-estar significativos.

**09.** No primeiro período do segundo parágrafo, o trecho “professor da Universidade de Harvard falecido em 2013” comporta-se sintaticamente como

- a) vocativo
- b) aposto
- c) adjunto adnominal do nome “David Landes”
- d) adjunto adverbial de “dedicou”
- e) oração reduzida

**10.** O trecho “pois este é um país cujas características naturais, geográficas e econômicas permitem a intrigante questão sobre as razões de não ter conseguido se desenvolver e eliminar a miséria e a pobreza”, no terceiro parágrafo, pode ser reescrito da seguinte forma, preservando-se a correção gramatical e o sentido original do segmento:

- a) O Brasil é um país que nos faz indagar as razões de ele não ser uma nação rica, já que tem características naturais, geográficas e econômicas importantes.
- b) Este país tem características importantes, as quais podem ser observadas na natureza, na geografia e na economia. Portanto, não há razão alguma para esta ser uma nação pobre.
- c) Natureza, economia e geografia são aspectos que elevam o Brasil à condição de país rico, em que pese o fato de ele não o ser.
- d) As características naturais, geográficas e econômicas do Brasil vem possibilitando a indagação sobre as razões de ele não ter eliminado a miséria de seu território.
- e) Miséria e pobreza não combinam com as riquezas naturais do Brasil, cuja nação se destaca justamente pelas características naturais, geográficas e econômicas.

**11.** Do trecho “os povos dessas 158 nações falharam rotundamente quanto à capacidade de construir a riqueza social” e das conexões por ele estabelecidas com outros segmentos do texto, pode-se inferir que

- a) há nações ricas e pobres e só algumas têm riquezas naturais como o Brasil.
- b) há muitos fatores ligados à noção de riqueza social de um país, mas aspectos econômicos são os principais.
- c) 158 nações foram incapazes de construir riqueza social por serem economicamente inferiores.
- d) é incontestável o fato de que muitas nações não conseguiram construir riqueza social, mas não se podem definir precisamente as motivações que levaram a isso.
- e) riqueza social está intimamente ligada a aspectos macroeconômicos e ambientais.

**12.** Há pleno atendimento às normas de concordância e adequada ortografia na frase:

- a) Não se pode questionar que hajam polêmicas em torno do desenvolvimento social e econômico de uma nação.
- b) O crescimento econômico e o bem estar da população de um país envolve diversos tipos de liberdade, as quais merece ser consideradas.
- c) Legislação é tópico escruciente quando se trata de desenvolvimento econômico de uma nação.
- d) O sistema judiciário diligente é um dos fatores capazes de estimular o desenvolvimento de uma nação.
- e) Avanço tecnológico é condição capital para que o desenvolvimento de um território aconteçam.

**13.** Está correto o emprego do elemento sublinhado na frase:

- a) Há muitas variáveis importantes a serem consideradas quando se tratam de indicadores econômicos.
- b) A economia brasileira é movimentada por diversos fatores, dentre os quais o desenvolvimento social.
- c) O país está submerso em baixíssimos indicadores, aos quais, nas atuais circunstâncias que se deflagram, são tidos como inaceitáveis.
- d) A legislação brasileira favorece a impunidade.
- e) As leis brasileiras têm aspectos frágeis e questionáveis.

**14.** De acordo com o último parágrafo do texto,

- a) o país possui grandes riquezas, mas complexos e profundos problemas estruturais, os quais farão com que a nação leve anos para atingir patamares robustos de desenvolvimento.
- b) a obrigação do governante brasileiro leva em conta a responsabilidade de aniquilar todas as formas de ineficiência e corrupção que assolam o país.
- c) o Brasil ainda não deu os primeiros passos rumo ao bem-estar social porque seus recursos naturais não são bem distribuídos, ainda que vastos.
- d) em três ou quatro décadas o país vai começar a alavancar, dando sinais de alguma recuperação econômica e social significativa.
- e) há um paradoxo entre as riquezas naturais brasileiras e os baixos indicadores de desenvolvimento, razão pela qual o país ainda não é considerado de primeiro mundo, mas de terceiro.

**15.** Atente para as seguintes orações:

- I) Convém colocar o país no rumo do progresso material.
- II) O país alcançará níveis de destaque internacional se o foco no progresso for prioridade.

Essas orações articulam-se de modo gramaticalmente correto e coerente neste período único:

- a) Convém colocar o país no rumo do progresso material, tendo em vista que o país alcançará níveis de destaque internacional quando o foco no progresso do país for prioridade.
- b) O país alcançará níveis de destaque internacional, porque convém colocá-lo no rumo do progresso material, já que o foco no progresso é prioridade.
- c) Convém colocar o país no rumo do progresso material, pois ele alcançará níveis de destaque internacional, caso o foco nesse progresso seja prioridade.
- d) O país alcançará níveis de destaque internacional quando for colocado no rumo do progresso material, embora o progresso seja prioridade.
- e) Convém colocar o país no rumo do progresso material, dado que esse foco seja prioridade, ele alcançará níveis de destaque internacional.

#### RACIOCÍNIO LÓGICO-MATEMÁTICO

Carlos Henrique

**16.** Sistemáticamente, Sílvia Sande e CH vão a um mesmo restaurante: Sílvia Sande a cada 15 dias e CH a cada 18 dias. Se em 10 de outubro de 2024 ambos estiveram em tal restaurante, outro provável encontro dos dois nesse restaurante ocorrerá em:

- a) 10 de janeiro de 2025
- b) 9 de janeiro de 2025
- c) 8 de janeiro de 2025
- d) 10 de dezembro de 2024
- e) 9 de dezembro de 2024

17. Poliana pensou que seu relógio estava atrasado 10 minutos e o acertou, mas na verdade, estava adiantado 5 minutos. Fátima pensou que seu relógio estava atrasado 10 minutos e o acertou, mas na verdade, estava atrasado 5 minutos. Logo depois, as duas se encontraram e o relógio de Poliana marcava 10 horas. Neste momento, que horas marcava no relógio de Fátima?

- a) 9:35
- b) 9:45
- c) 9:55
- d) 9:50
- e) 10:05

18. Manuel, ao jogar um jogo de baralho, observou que, independentemente do valor das cartas, uma carta preta equivale a 5 cartas verdes, uma verde equivale a duas azuis, uma azul equivale a 2 vermelhas e uma vermelha a 5 brancas. Dessa forma, 8 cartas verdes são equivalentes a

- a) 1 preta, 5 azuis e 2 vermelhas.
- b) 1 preta, 5 azuis e 5 brancas.
- c) 1 preta, 5 azuis e 15 brancas.
- d) 10 azuis, 10 vermelhas e 5 brancas.
- e) 10 azuis, 15 vermelhas e 10 brancas.

19. Num certo ano, o primeiro dia caiu numa terça-feira e o último dia caiu numa quarta-feira. Neste ano, o dia do trabalho, ou seja, primeiro de maio caiu em um(a):

- a) quarta-feira
- b) quinta-feira
- c) sexta-feira
- d) sábado
- e) domingo

**Baseado no texto abaixo, resolva as questões 20 e 21**

**O Estratégia Concursos promoveu uma reunião entre os professores. Em um certo intervalo, 20% das mulheres deixaram a sala de reunião e o número de professoras ficou igual a  $\frac{3}{5}$  do número de professores homens. Se, com a saída das mulheres, o grupo passou a ser de 320 pessoas, julgue os itens seguintes:**

20. Depois da saída das mulheres, qual é nova porcentagem de homens?

- a) 62,5%
- b) 84%
- c) 60%
- d) 64,5%
- e) 37,5%

21. Qual é a quantidade original de pessoas na reunião?

- a) 340
- b) 380
- c) 370
- d) 360
- e) 350

22. Se minha casa não é azul, então o meu gato mia. Se minha casa é azul, então João não é feliz. Ora, João é feliz. Logo:

- a) a minha casa é azul e o meu gato não mia
- b) a minha casa não é azul e o meu gato mia
- c) a minha casa é azul e o meu gato mia
- d) a minha casa não é azul e o meu gato não mia
- e) se João é feliz, então o meu gato não mia



**LEGISLAÇÃO**

Emerson Bruno

**23.** De acordo com o Regimento Interno do TRT da 4ª Região, NÃO é órgão do TRT RS.

- a) a Corregedoria.
- b) a Seção Especializada em Dissídio Coletivo - SDC.
- c) o Órgão Especial do TRT.
- d) as Seções Especializadas em Dissídios Coletivos - SDIs.
- e) as Câmaras Regionais.

**24.** De acordo com o Regimento Interno, a posse para os cargos de direção do Tribunal ocorrerá:

- a) primeira sexta-feira útil de dezembro dos anos ímpares.
- b) primeira sexta-feira útil do mês de outubro dos anos ímpares.
- c) primeira sexta-feira útil do mês de outubro dos anos pares.
- d) primeira sexta-feira útil do mês de novembro dos anos ímpares.
- e) primeira sexta-feira útil do mês de novembro dos anos pares.

**25.** Não constitui cargo de Direção do TRT da 4ª Região.

- a) o Presidente.
- b) o Corregedor Regional.
- c) o Vice-Corregedor Regional.
- d) o Diretor da Escola Judicial.
- e) o Vice-Presidente.

**26.** De acordo com o Regimento Interno do TRT da 4ª Região (RS), o Órgão Especial do Tribunal é composto por:

- a) 18 Desembargadores.
- b) 16 Desembargadores.
- c) 20 Desembargadores.
- d) 25 Desembargadores.
- e) 11 Desembargadores.

**27.** Conforme previsto no Regimento Interno do TRT da 4ª Região, a 1ª Seção Especializada em Dissídios Individuais é composta por:

- a) 11 Desembargadores.
- b) 17 Desembargadores.
- c) 10 Desembargadores.
- d) 08 Desembargadores.
- e) até 04 Desembargadores.

**28.** De acordo com a Lei 8.112/90, a ação disciplinar prescreverá:

- a) em 4 (quatro) anos, quanto às infrações puníveis com demissão.
- b) em 2 (dois) anos, quanto à suspensão.
- c) em 160 (cento e sessenta) dias, quanto à advertência.
- d) em 3 (três) anos, quanto às infrações puníveis cassação de aposentadoria ou disponibilidade e destituição de cargo em comissão.
- e) em 90 (noventa) dias, quanto à suspensão.

**29.** A Lei nº 8.112/1990, que dispõe sobre o regime jurídico dos servidores públicos civis da União, das autarquias e das fundações públicas federais, estabelece que a

- a) investidura em cargo público ocorre com a nomeação.
- b) ascensão é forma de provimento de cargo público.
- c) posse ocorrerá nos casos de nomeação, promoção e reintegração.
- d) recondução é a reinvestidura do servidor estável no cargo anteriormente ocupado, ou no cargo resultante de sua transformação, quando invalidada a sua demissão por decisão administrativa ou judicial.
- e) reversão é o retorno à atividade de servidor aposentado.

- 30.** Adriana, servidora pública federal, deverá ter exercício em outro Município em razão de ter sido removida. Nos termos da Lei nº 8.112/1990, o prazo para Adriana retomar efetivamente o desempenho das atribuições de seu cargo, considerando que não pretende declinar de tal prazo, e que não está de licença ou gozando de afastamento será, contado da publicação do ato, de, no mínimo,
- a) dez e, no máximo, trinta dias, incluído nesse prazo o tempo necessário para o deslocamento para a nova sede.
  - b) cinco e, no máximo, sessenta dias, excluído desse prazo o tempo necessário para o deslocamento para a nova sede.
  - c) cinco e, no máximo, trinta dias, excluído desse prazo o tempo necessário para o deslocamento para a nova sede.
  - d) dez e, no máximo, sessenta dias, incluído nesse prazo o tempo necessário para o deslocamento para a nova sede.
  - e) dez e, no máximo, noventa dias, incluído nesse prazo o tempo necessário para o deslocamento para a nova sede.

---

**DIREITO PROCESSUAL CIVIL**

Ricardo Torques

- 31.** Quando for acolhido o pedido de desconsideração da personalidade jurídica, ocorrerá o seguinte efeito em alienação ou oneração de bens havida em fraude de execução:
- a) resolução do negócio jurídico.
  - b) invalidade do negócio jurídico.
  - c) inexistência do negócio jurídico.
  - d) ineficácia do negócio jurídico em relação ao requerente da desconsideração.
  - e) revogação do negócio jurídico.

- 32.** Alfredo ajuizou ação reivindicatória em face de Betânia. Alfredo alega que o título utilizado por Betânia para promover o registro da propriedade em seu nome era falso.

No curso da ação, Betânia vendeu o imóvel discutido a Carlos.

Carlos tentou se habilitar nos autos do processo movido por Alfredo. Este, no entanto, não consentiu com a mudança no polo passivo, sem qualquer motivação.

Prosseguindo a ação em relação a Betânia, o juiz julgou procedente o pedido e declarou a nulidade do registro imobiliário em nome de Betânia, de modo que Alfredo se tornasse o proprietário do imóvel.

Carlos está em dúvida quanto aos efeitos da decisão, pois ele próprio já havia registrado em cartório a alienação do imóvel por parte de Betânia em seu favor.

Sobre essa situação, assinale a alternativa correta:

- a) como Carlos não é parte na ação, os efeitos da decisão proferida contra Betânia não são estendidos em seu desfavor.
- b) como Alfredo não admitiu a habilitação de Carlos no processo, esse não é parte na ação e não será prejudicado pela decisão.
- c) a princípio, Carlos não é afetado pela decisão proferida contra Betânia, no entanto, caso Alfredo apresente embargos de declaração, é possível que o juiz estenda os efeitos da decisão em relação a Carlos.
- d) os efeitos da decisão proferida contra Betânia se estendem em relação a Carlos pois, apesar de não ser parte no processo, ele era a parte legítima para figurar no polo passivo da ação.
- e) os efeitos da decisão proferida contra Betânia se estendem em relação a Carlos, apesar de que Carlos não fosse parte legítima para figurar no polo passivo da ação.

**33.** Sobre o depoimento pessoal, assinale a alternativa correta:

- a) o depoimento pessoal pode ser solicitado pela própria parte que pretende depor.
- b) o juiz não pode determinar a prestação de depoimento pessoal de ofício.
- c) a parte que, pessoalmente intimada para prestar depoimento pessoal e advertida da pena de revelia, não comparecer à audiência de instrução e julgamento ou se recusar a depor terá a pena contra si aplicada.
- d) quando a parte, sem motivo justificado, deixar de responder ao que lhe for perguntado ou empregar evasivas, o juiz, apreciando as demais circunstâncias e os elementos de prova, declarará, na sentença, se houve recurso de depor.
- e) a parte responderá pessoalmente sobre os fatos articulados, podendo servir-se de escritos anteriormente preparados e consultar notas breves, desde que objetivem completar esclarecimentos.

**34.** Sobre os efeitos dos embargos à execução, assinale a alternativa correta:

- a) os embargos à execução têm efeito suspensivo.
- b) exige-se que a execução esteja garantida por penhora, depósito ou caução para que seja viável o deferimento de efeito suspensivo pelo juiz.
- c) quando o efeito suspensivo atribuído aos embargos disser respeito apenas a parte do objeto da execução, ainda assim esta ficará suspensa no todo.
- d) a concessão de efeito suspensivo aos embargos oferecidos por um dos executados nunca suspenderá a execução contra os que não embargaram.
- e) a concessão de efeito suspensivo impedirá a efetivação dos atos de substituição, de reforço ou de redução da penhora e de avaliação dos bens.

**35.** NÃO cabe reclamação para:

- a) preservar a competência de Tribunal.
- b) garantir a autoridade de decisão de Tribunal.
- c) revisar tese firmada em incidente de resolução de demandas repetitivas ou em incidente de assunção de competência.
- d) garantir a observância de enunciado de súmula vinculante e de decisão do Supremo Tribunal Federal em controle concentrado de constitucionalidade.
- e) garantir a observância de acórdão proferido em julgamento de incidente de resolução de demandas repetitivas ou de incidente de assunção de competência.

**36.** SÓ cabe a interposição de embargos de divergência em sede de:

- a) apelação, agravo interno, recurso ordinário, recurso especial e recurso extraordinário.
- b) apelação, agravo interno e recurso ordinário.
- c) apelação, recurso ordinário, recurso especial e recurso extraordinário.
- d) recurso ordinário, recurso especial e recurso extraordinário.
- e) recurso especial e recurso extraordinário.

**DIREITO CONSTITUCIONAL**

Adriane Fauth

**37.** A respeito dos direitos e deveres individuais e coletivos, assinale a alternativa correta.

- a) As associações só poderão ser compulsoriamente dissolvidas ou ter suas atividades suspensas por decisão judicial, exigindo-se, no segundo caso, o trânsito em julgado.
- b) No caso de iminente perigo público, a autoridade competente poderá usar de propriedade particular, assegurada ao proprietário prévia indenização.
- c) São gratuitos para os reconhecidamente pobres, o registro civil de nascimento e a certidão de casamento.
- d) A sucessão de bens de estrangeiros situados no País será regulada pela lei brasileira em benefício do cônjuge ou dos filhos brasileiros, sempre que não lhes seja mais favorável a lei pessoal do "de cuius".
- e) Em situações excepcionais devidamente justificadas pela relevância e urgência, a lei poderá limitar a apreciação do Poder Judiciário no que tange à lesão ou ameaça a direito.

**38.** Acerca dos direitos políticos previstos na Constituição Federal de 1988, marque o item correto.

- a) O alistamento eleitoral e o voto são facultativos para os analfabetos, os maiores de sessenta e cinco anos e os maiores de dezesseis e menores de dezoito anos.
- b) Para concorrerem a outros cargos, o Presidente da República, os Governadores de Estado e do Distrito Federal e os Prefeitos devem renunciar aos respectivos mandatos até um ano antes do pleito.
- c) As manifestações favoráveis e contrárias às questões submetidas às consultas populares sobre questões locais ocorrerão durante as campanhas eleitorais, sem a utilização de propaganda gratuita no rádio e na televisão.
- d) São inelegíveis, no território de jurisdição do titular, o cônjuge e os parentes consanguíneos ou afins, até o terceiro grau ou por adoção, do Presidente da República, de Governador de Estado ou Território, do Distrito Federal, de Prefeito ou de quem os haja substituído dentro dos seis meses anteriores ao pleito, salvo se já titular de mandato eletivo e candidato à reeleição.
- e) A idade mínima exigida para se candidatar ao cargo de Governador é de trinta e cinco anos.

**39.** Segundo a Constituição Federal, compete privativamente à União legislar sobre:

- a) trânsito e transporte.
- b) florestas, caça, pesca, fauna, conservação da natureza, defesa do solo e dos recursos naturais, proteção do meio ambiente e controle da poluição.
- c) direito tributário, financeiro, penitenciário, econômico e urbanístico.
- d) procedimentos em matéria processual.
- e) proteção à infância e à juventude.

**40.** Donatello, Rafael, Michelangelo e Leonardo pretendem integrar o Tribunal Superior do Trabalho. Donatello possui trinta e quatro anos, é advogado e tem onze anos de atividade profissional; Rafael possui cinquenta e cinco anos e é Desembargador de Tribunal Regional do Trabalho; Michelangelo possui quarenta anos e é Juiz do Trabalho com mais de dez anos de efetivo exercício; Leonardo possui trinta e oito anos e é membro do Ministério Público do Trabalho com 5 anos de efetivo exercício. Com base na situação hipotética, preenchido os demais requisitos constitucionais, pode(m) ser nomeado(s) para integrar o Tribunal Superior do Trabalho:

- a) Donatello, Michelangelo e Leonardo, apenas.
- b) Rafael, apenas.
- c) Michelangelo e Rafael, apenas.
- d) Donatello, Rafael e Leonardo, apenas.
- e) Michelangelo, apenas.

**41.** São objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil:

- a) prevalência dos direitos humanos e garantia do desenvolvimento nacional.
- b) defesa da paz e pluralismo político.
- c) erradicação da pobreza e da marginalização e valores sociais do trabalho e da livre iniciativa.
- d) cooperação entre os povos para o progresso da humanidade e promoção do bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação.
- e) construção de uma sociedade livre, justa e solidária e redução das desigualdades sociais e regionais.

**42.** No que tange à nacionalidade, analise os itens abaixo:

- I. Será declarada a perda da nacionalidade do brasileiro que tiver cancelada sua naturalização, por sentença judicial, em virtude de atividade nociva ao interesse nacional.
- II. São brasileiros natos os nascidos na República Federativa do Brasil, ainda que de pais estrangeiros, desde que estes não estejam a serviço de seu país, em razão do critério jus solis.
- III. Aos originários de países de língua portuguesa com residência permanente no País, se houver reciprocidade em favor de brasileiros, serão atribuídos os direitos inerentes ao brasileiro, salvo os casos previstos nesta Constituição.

Analise os itens acima e assinale:

- a) se somente o item I estiver correto.
- b) se somente o item II estiver correto.
- c) se somente o item III estiver correto.
- d) se somente os itens I e II estiverem corretos.
- e) se somente os itens II e III estiverem corretos.



**DIREITO ADMINISTRATIVO**

Thállius Moraes

**43.** No que se refere à concentração, desconcentração, centralização e descentralização administrativa, assinale a alternativa correta.

- a) Quando a administração pública transfere, por meio de contrato ou ato administrativo, a execução de um serviço a uma pessoa jurídica, mantendo a titularidade do serviço, ocorre a descentralização por outorga legal.
- b) Uma diferença entre os institutos da desconcentração e da descentralização é que, no primeiro, ocorre uma ruptura do vínculo hierárquico, enquanto, no segundo, o vínculo permanece.
- c) Ocorre a descentralização quando há distribuição interna de atividades dentro de uma mesma pessoa jurídica.
- d) A concentração é a técnica administrativa utilizada pela Administração Pública para extinção de seus órgãos, com o retorno da atividade para o centro de competências.
- e) A desconcentração material é aquela em que as competências são divididas delimitando as regiões onde cada órgão pode atuar.

**44.** Os atos administrativos refletem uma manifestação unilateral de vontade da Administração Pública. Levando em conta as disposições aplicáveis aos atos administrativos, assinale a alternativa INCORRETA.

- a) Segundo a teoria dos motivos determinantes, os motivos alegados em um ato administrativo devem ser verdadeiros, de modo que, se forem falsos ou inexistentes, o ato torna-se nulo.
- b) Nem todo ato administrativo é dotado de imperatividade.
- c) A convalidação de ato viciado quanto à forma é possível, desde que esta não seja essencial à validade do ato.
- d) A revogação, forma de extinção do ato administrativo, produz efeitos ex tunc.
- e) A caducidade é a forma de extinção do ato administrativo que ocorre quando o ato é incompatível com a nova legislação.

**45.** Levando em consideração a Lei nº 14.133/2021 - Nova lei de Licitações e Contratos, a contratação dos serviços técnicos especializados de patrocínio ou defesa de causas judiciais ou administrativas é caso de

- a) realização obrigatória de licitação, na modalidade concorrência.
- b) realização obrigatória de licitação, na modalidade registro de preços.
- c) inexigibilidade de licitação, em virtude de se tratar de profissionais ou empresas de notória especialização.
- d) inexigibilidade ou dispensa de licitação.
- e) licitação dispensável, em face da atividade predominantemente intelectual envolvida.

**46.** Um motorista de ônibus de uma concessionária de serviço público de transporte de determinado município estava conduzindo o veículo, momento em que perdeu o controle e atropelou um indivíduo que empurrava uma bicicleta, ocasionando sua morte. Alguns passageiros sofreram ferimentos leves. Diante da situação hipotética narrada, assinale a opção correta de acordo com o entendimento jurisprudencial do STF.

- a) A empresa de ônibus deverá ser responsabilizada civilmente pelos danos causados aos terceiros usuários e não usuários do serviço, independente de dolo ou culpa.
- b) Somente o motorista responderá civilmente pelos prejuízos causados, sendo que a empresa de ônibus apenas será responsabilizada na hipótese de o patrimônio de seu empregado não ser suficiente para pagar à indenização.
- c) A responsabilidade da empresa de ônibus será subjetiva em relação a terceiros não usuários e objetiva em relação aos passageiros.
- d) A empresa de ônibus, por ser pessoa jurídica de direito privado concessionária de serviço público, responderá subjetivamente, tanto em relação a terceiros usuários quanto a terceiros não usuários do serviço.
- e) Caso seja comprovado o dolo ou culpa da motorista, a empresa de ônibus apenas será responsabilizada civilmente após a condenação na esfera criminal.

**DIREITO PROCESSUAL DO TRABALHO**

Bruno Klippel

**47.** Os atos processuais são os acontecimentos voluntários que ocorrem no processo e dependem de manifestações dos sujeitos do processo. Termo, por sua vez, é a reprodução gráfica do ato processual. Quanto aos prazos, diz-se necessário que os atos processuais caminhem para frente, observando determinadas regras quanto ao tempo. No que diz respeito aos atos, termos e prazos processuais a Consolidação das Leis do Trabalho estabelece:

- a) Os atos processuais sempre serão públicos e realizar-se-ão nos dias úteis das 6 às 20 horas.
- b) A penhora poderá realizar-se em domingo, mas não em dia feriado, mediante autorização expressa do juiz ou presidente.
- c) Os prazos que vencerem em sábado, domingo ou dia feriado terminarão no primeiro dia seguinte, independentemente de ser dia útil ou não.
- d) Os prazos contam-se com inclusão do dia do começo e exclusão do dia do vencimento, e são contínuos e irrelevantes, não podendo, em nenhuma hipótese, ser prorrogados pelo juiz ou tribunal.
- e) Tratando-se de notificação postal, no caso de não ser encontrado o destinatário ou na hipótese de recusa de recebimento, o Correio ficará obrigado, sob pena de responsabilidade do servidor, a devolvê-la, no prazo de 48 horas, ao Tribunal de origem.

**48.** Em se tratando de dissídio individual, a norma processual trabalhista prevê, como regra, a realização de audiência UNA, ou seja, em um determinado ato processual será realizada a tentativa de conciliação, a instrução processual e o julgamento. Nesse sentido,

- a) terminada a defesa, seguir-se-á a instrução do processo, sendo ouvidas as testemunhas, os peritos e os técnicos, se houver, e após será efetuado o interrogatório dos litigantes.
- b) caso o reclamante não compareça na audiência inaugural, mesmo presente seu advogado, deverá necessariamente ser adiada a sessão.
- c) é facultado ao empregador fazer-se substituir pelo gerente, ou qualquer outro preposto que tenha conhecimento do fato, mas cujas declarações não obrigarão o proponente.
- d) aberta a audiência, o Juiz proporá a conciliação, sendo que se não houver acordo, o reclamado poderá apresentar defesa oral no tempo máximo de 10 (dez) minutos.
- e) deverão estar presentes o reclamante e o reclamado na audiência de julgamento, independentemente do comparecimento de seus representantes.

**49.** Hércules após quatro anos de contrato de trabalho com a empresa Alfa Beta Engenharia foi dispensado sem receber saldo salarial e verbas da rescisão. Ajuizou reclamação trabalhista, sendo designada audiência UNA (conciliação, instrução e julgamento) após dois meses da distribuição da ação. Ocorre que Hércules sofreu acidente na véspera da audiência, ficando hospitalizado e, portanto, impossibilitado de se locomover até a Vara do Trabalho. Com base nas normas previstas em lei trabalhista, nessa situação,

- a) o advogado de Hércules fará toda a sua assistência em audiência, inclusive com poderes para depor pelo reclamante e realizar demais atos processuais.
- b) o reclamante Hércules poderá fazer-se representar na audiência por outro empregado que pertença a mesma profissão ou pelo Sindicato Profissional.
- c) o processo será arquivado ante a ausência do reclamante, que poderá ajuizar novamente a demanda quando estiver em condições plenas de saúde.
- d) a lei processual trabalhista não prevê a hipótese de substituição de empregado reclamante ausente, razão pela qual fica a critério do Juiz adiar a audiência ou arquivar o processo.
- e) a esposa, companheira ou algum parente até o terceiro grau poderão representar o trabalhador ausente com amplos poderes para inclusive prestar depoimento pelo reclamante.

**50.** Sobre ônus da prova no processo do trabalho, é INCORRETO afirmar:

- a) É do empregador o ônus da prova do fato impeditivo, modificativo ou extintivo da equiparação salarial.
- b) Presume-se recebida a notificação 48 (quarenta e oito) horas depois de sua postagem. O seu não recebimento ou a entrega após o decurso desse prazo constitui ônus de prova do reclamante.
- c) O ônus de provar o término do contrato de trabalho, quando negados a prestação de serviço e o despedimento, é do empregador, pois o princípio da continuidade da relação de emprego constitui presunção favorável ao empregado.
- d) Os cartões de ponto que demonstram horários de entrada e saída uniformes são inválidos como meio de prova, invertendo-se o ônus da prova, relativo às horas extras, que passa a ser do empregador, prevalecendo a jornada da inicial se dele não se desincumbir.

**51.** O artigo 893 da CLT estabelece o cabimento do recurso de revista dentre os recursos em espécie admitidos no processo do trabalho. Com base na Consolidação das Leis do Trabalho e nas Súmulas e Orientações Jurisprudenciais do TST, conclui-se:

- a) É cabível recurso de revista adesivo no procedimento sumaríssimo, desde que a matéria nele veiculada esteja relacionada com a do recurso interposto pela parte contrária.
- b) No procedimento sumaríssimo, a parte recorrente, para admissibilidade do recurso de revista, deverá demonstrar a violação direta a dispositivo da Lei Federal ou contrariedade a Súmula do Tribunal Superior do Trabalho.
- c) Não se admite recurso de revista fundado tão somente em divergência jurisprudencial, se a parte não comprovar que a lei estadual, a norma coletiva ou o regulamento da empresa extrapolam o âmbito do TRT prolator da decisão recorrida.
- d) No procedimento ordinário, é cabível, como regra geral, recurso de revista calcado em divergência jurisprudencial de aresto oriundo do mesmo Tribunal Regional do Trabalho.
- e) A admissibilidade do recurso de revista interposto de acórdão proferido em agravo de petição, na liquidação de sentença, depende de demonstração inequívoca de ofensa direta à lei federal.

**DIREITO DO TRABALHO**

Antônio Daud

**52.** Julgue os itens abaixo:

- I. As alterações subjetivas no contrato de trabalho, diferentemente do que se opera no Direito Civil, não são permitidas, já que resultariam necessariamente na extinção do contrato de trabalho.
- II. A reversão não é considerada alteração unilateral do contrato de trabalho, ou seja, é permitida a determinação do empregador para que o respectivo empregado reverta ao cargo efetivo, ainda que resulte em redução da respectiva remuneração.
- III. É lícita a determinação para que o empregado retorne à função anteriormente ocupada, hierarquicamente inferior, em decorrência de ilícito por ele praticado.

Estão corretos APENAS os itens:

- a) II.
- b) I.
- c) I e III.
- d) III.
- e) nenhum dos itens.

**53.** Julgue os itens abaixo:

- I. As alterações do horário de trabalho do empregado, dentro da mesma jornada, são, em geral, lícitas. Nesse sentido, considera-se lícita a ampliação do intervalo de almoço de 1 hora para 2 horas, mesmo resultando que o empregado termine sua jornada uma hora depois do inicialmente praticado.
- II. Em decorrência do princípio da intangibilidade salarial, a legislação trabalhista veda qualquer espécie de redução do valor dos salários, inclusive a supressão do pagamento de adicionais.
- III. É permitido ao empregador determinar, unilateralmente, que o empregado passe a laborar em outro estabelecimento de sua empresa, dentro da mesma cidade, mesmo que seja mais distante de sua residência, desde que lhe assegure suplemento salarial correspondente ao acréscimo da despesa de transporte.

Estão corretos APENAS os itens:

- a) II.
- b) I.
- c) I e III.
- d) III.
- e) nenhum dos itens.

**54.** Julgue os itens abaixo:

- I. Quando um empregado decide aderir a um Plano de Desligamento Voluntário (PDV), recebendo uma indenização por este motivo, não há que se falar em recebimento de aviso prévio, de saldo de salário ou de 13º salário proporcional.
- II. O aviso prévio proporcional ao tempo de serviço, regulamentado por meio da Lei 12.506/2011, somente é assegurado nas rescisões de contratos de trabalho celebrados a partir da publicação da referida Lei.
- III. Na extinção do contrato de trabalho, o empregador deverá proceder à anotação na Carteira de Trabalho e Previdência Social, comunicar a dispensa aos órgãos competentes e realizar o pagamento das verbas rescisórias em até dez dias contados a partir do término do contrato, admitindo-se ao analfabeto o pagamento rescisório apenas em dinheiro ou depósito bancário.

Estão corretos APENAS os itens:

- a) II e III.
- b) I.
- c) III.
- d) II.
- e) nenhum dos itens.

**55.** Com relação à jornada, julgue os itens a seguir:

- I. Caso o empregado trabalhe oito horas seguidas sem intervalo, haverá a obrigatoriedade de remunerar, como hora extra, o intervalo de uma hora não concedido, mesmo que sua jornada não tenha extrapolado as oito horas diárias. Neste caso, o adicional pago em decorrência desta não concessão não tem natureza salarial.
- II. Suponha um empregado que trabalhe oito horas diárias e sejam concedidos apenas 50 minutos de intervalo intrajornada, em vez do total de uma hora. Nessa situação, segundo a CLT reformada, o empregador deve remunerar, como hora extra, uma hora diária, ou seja, a totalidade do intervalo que deveria ter sido concedido, embora tenha concedido 50 minutos.
- III. Para uma jornada de exatas quatro horas diárias de trabalho, deverá ser concedido intervalo de 15 minutos, sob pena de se remunerar o intervalo não concedido como hora extra, com natureza salarial.

A sequência correta é:

- a) EEE
- b) CCC
- c) ECC
- d) ECE
- e) CEE



**56.** Acerca dos casos especiais de jornada de trabalho, julgue os itens abaixo:

- I. O TST tem entendido que o trabalhador em atividade de digitação equipara-se aos trabalhadores nos serviços de mecanografia, razão pela qual têm direito a intervalos de descanso de 20 minutos, a cada 1h40min de trabalho consecutivo.
- II. O empregado que é submetido a trabalho contínuo em ambiente artificialmente frio, tem direito à pausa remunerada de 20 minutos, a cada 1h40min, mesmo que não labore em câmara frigorífica.
- III. No regime de revezamento, caso o empregador conceda corretamente o repouso semanal de 24 horas, ele é dispensado, naquele dia, de conceder o intervalo mínimo de onze horas consecutivas para descanso entre jornadas, já que o empregado já gozou do seu descanso em conformidade com as regras de saúde no trabalho.

Está correto o que se afirma APENAS em

- a) I.
- b) II.
- c) I e II.
- d) III.
- e) II e III.

**57.** Julgue os itens abaixo:

- I. O adicional noturno, pago com habitualidade, integra o salário do empregado para todos os efeitos.
- II. As horas extras laboradas em período noturno deverão ser remuneradas cumulativamente com o adicional noturno à razão de 20% e com o adicional de horas extras à razão de, pelo menos, 50%.
- III. O STF tem entendido que as gratificações habituais, inclusive a natalina, consideram-se tacitamente convencionadas, integrando o salário.

Está correto o que se afirma APENAS em

- a) I e III.
- b) I.
- c) II e III.
- d) I, II e III.
- e) nenhum dos itens.

**58.** Julgue os itens abaixo acerca da gratificação natalina:

- I. Segundo tem entendido o TST, a gratificação por tempo de serviço integra o salário para todos os efeitos legais.
- II. A fração igual ou superior a 14 (quatorze) dias de trabalho será considerada como mês integral para fins de pagamento de gratificação natalina.
- III. A remuneração do serviço suplementar, habitualmente prestado, integra o cálculo da gratificação natalina.

Está correto o que se afirma APENAS em

- a) I e III.
- b) I.
- c) II.
- d) III.
- e) nenhum dos itens.

**59.** Julgue os itens abaixo considerando a legislação e a jurisprudência:

- I. Embora a gratificação natalina deva ser adiantada, à razão de 50%, entre os meses de fevereiro a novembro de cada ano, o empregador não é obrigado a pagar o adiantamento a todos os empregados no mesmo mês.
- II. O comissionista, em geral, que fica sujeito a controle de horário, ao laborar em sobrejornada, deverá receber apenas o adicional de horas extraordinárias desta sobrejornada, calculado sobre o valor-hora das comissões recebidas no mês.
- III. O cortador de cana comissionista que recebe salário por produção e trabalha em sobrejornada tem direito à percepção das horas extras e do adicional respectivo.

Está correto o que se afirma APENAS em

- a) I e III.
- b) I.
- c) II e III.
- d) I, II e III.
- e) nenhum dos itens.

60. Julgue os itens abaixo em relação à proteção à maternidade:

- I. É garantida à empregada, durante a gravidez, sem prejuízo do salário e demais direitos, transferência de função, quando as condições de saúde a exigirem, assegurada a retomada da função anteriormente exercida, logo após o retorno ao trabalho.
- II. Segundo dispõe a CLT, caso tenha havido aborto, criminoso ou não, ao final da gestação de empregada gestante, não caberá licença-maternidade, embora a trabalhadora tenha direito a repouso semanal remunerado de duas semanas.
- III. Para amamentar o filho, até que este complete 6 (seis) meses de idade, a empregada terá direito, durante a jornada de trabalho, a 2 (dois) descansos especiais, de uma hora cada um, sendo que, quando o exigir a saúde do filho, o período de 6 (seis) meses poderá ser dilatado, a critério da autoridade competente. Além disso, tais horários dos descansos deverão ser definidos em acordo individual entre a mulher e o empregador.

Está correto o que se afirma APENAS em

- a) I e II.
- b) I.
- c) II.
- d) III.
- e) nenhum dos itens.

# Preencha seu gabarito

<https://bit.ly/Simulado-TRT-RS-Analista-Área-Judiciária-03-07>

NÃO É ASSINANTE?

<https://bit.ly/Estrategia-Assinaturas>

CONHEÇA NOSSO SISTEMA DE QUESTÕES!

<https://bit.ly/Sistemas-de-Questões>